

# O NAUFRÁGIO COMO OPERADOR DE DIFERENÇAS DISCURSIVAS E IDENTITÁRIAS: O CASO DE ÁLVAREZ NÚÑES CABEZA DE VACA

Daniel VECCHIO\*

- **RESUMO:** Veremos nesse artigo que um dos aspectos mais importantes dos *Naufraágios* (1542) de Cabeza de Vaca é o choque cultural entre europeus e nativos americanos, e as consequentes transformações identitárias de ambos. Mediante a reflexão da diferença e da transformação identitária de colonizadores e conquistados, analisaremos a composição narrativa do relato, bem como os dados históricos apresentados. Entretanto, observaremos que ao invés de se pensar nas diferenças que potencialmente constituíam a *persona* do viajante ibérico e do nativo conquistado daquela época, parece haver uma forte tendência crítica para a mitificação desses sujeitos, representando-os como crentes nas mais desmedidas e cobiçosas exaltações materiais e imaginárias. Averiguaremos que Cabeza de Vaca mostra que mesmo um viajante sedento por riquezas está apto a experimentar o novo, transladando entre culturas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Naufrágio. Identidade. Diferença. Imaginário.

Álvar Núñez Cabeza de Vaca (1490-?), junto com seus companheiros Andrés Dorantes (1500-1550) e Alonzo del Castillo (?-1540?), mais o escravo mouro Esteban (?-?), sobreviveu a inúmeros naufrágios e a vários combates contra grupos indígenas, passando por mais de três anos de escravidão. Tratam-se dos primeiros homens do outro lado do Atlântico a cruzar os atuais estados do Texas, Novo México e Arizona.

Próximas aos desertos pelos quais cruzara Álvar Núñez, perdida entre cactos e dunas imensas, erguiam-se, segundo garantiam os indígenas, riquíssimas cidades, cada qual maior e mais suntuosa do que Tenochtitlan, a capital asteca descoberta por Hernán Cortéz (1485-157), em 1519. Tais lendas de Eldorados arrastaram para o coração desértico da América do Norte e do Sul várias expedições, uma delas sob a orientação do próprio Esteban, o mouro que acompanhara Cabeza de Vaca, e que fora morto pelos nativos em sua segunda viagem.

---

\* Doutorando em História Cultural. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História. Campinas – SP – Brasil. 13083-896 – danielvecchioalves@hotmail.com

Descendente de nobres espanhóis nascido no final do século XV, Álvar Núñez Cabeza de Vaca (cujo sobrenome remete à guerra contra os mouros, quando um de seus ancestrais indicou a melhor rota para os cristãos através do crânio de uma vaca) viajou pela primeira vez à América, em 1527, como tesoureiro real da esquadra comandada por Pánfilo de Narváez (1478-1528) à região da Flórida. As tempestades e furacões, aliados a uma série de decisões equivocadas desse capitão, resultaram em uma sequência de naufrágios que, acompanhados pelo desconhecimento sobre a região e os embates contra grupos indígenas, dizimaram os espanhóis.

O título original de seu relato foi *La Relación que dio Álvar Núñez Cabeza de Vaca de lo acaecido en las Indias en la armada donde iba por gobernador Pánfilo de Narváez desde el año de veinte y siete hasta el año de treynta y seis que bolbió a Sevilla con tres de su compañía*, de 1542. A *Relación* é mais conhecida como *Naufrágios* desde que o historiador Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés (1478-1557) se referiu a ela como tal em sua *Historia general y natural de las Indias* (1535).

A relação narra, portanto, as peripécias da expedição de Pánfilo de Narváez pela Flórida, e as penúrias dos quatro únicos sobreviventes mencionados das aventuras sofridas ao longo de nove anos, entre 1527 e 1536. Sua segunda edição, de 1555, aparece junto a outra grande contribuição de Álvar Núñez, os *Comentários*, texto escrito por seu escrivo Pero Hernández (?-?), que muito nos conta sobre sua expedição na América do Sul.

Apresentando principalmente características de uma relação de naufrágios, a *Relación* de Cabeza de Vaca (2007, p. 51) descreve tempestades marítimas, jangadas improvisadas e narra as ações de capitães irresponsáveis, fatores esses capazes de cativar a atenção dos leitores até então:

Como a costa era muito brava, o mar lançou-nos aos trambolhões e em meio às ondas de volta à margem da mesma ilha. Com exceção dos três que se afogaram, todos conseguiram chegar à costa. Estávamos nus como havíamos nascido, tremendo de frio e mais uma vez sem nada para comer. [...] nos sentíamos mais perto da morte do que da vida.

Nessa estruturação do texto, veremos que um dos seus aspectos mais importantes é o choque cultural entre europeus e nativos americanos, e as consequentes transformações identitárias de ambos. Mediante a reflexão da diferença e da transformação identitária de colonizadores e conquistados, analisaremos a composição narrativa do relato, bem como os dados históricos apresentados. Entretanto, observaremos que ao invés de se pensar nas diferenças que potencialmente compunham o sujeito do viajante e do conquistado, parece haver apenas uma forte mitificação desses sujeitos, ou seja, como alguém completamente crente nas mais desmedidas e cobiçosas exaltações imaginárias.

Há, na verdade, um vai e vem interpretativo dos relatos de naufrágios em relação a esses apontamentos. Giulia Lanciani (1979, p. 44) afirma que é impossível avaliarmos essa literatura sem levar em consideração “[...] a ideologia subjacente a estes relatos é, pois, a bem conhecida ideologia da missão civilizadora e evangelizadora confiada pela providência [...]”, enquanto outros asseveram que os naufrágios podem ser imperfeições que questionam o caráter grandioso de epopeias humanas. Tais críticas também assinalam a dimensão antiépica das relações de naufrágio, classificando-as como uma inversão integral do idílio das narrativas de descobertas, bem como a inversão das exaltantes crônicas oficiais, constituídas de vitórias, de conquistas, de triunfos em terras longínquas, entre gentes exóticas.

Mais recentemente, o livro de Josiah Blackmore (2002, p. XXI), *Manifest perdition: shipwreck narrative and the disruption of empire*, salienta, como indica o título, a maneira como as narrativas de naufrágio perturbam o projeto imperial: “*The shipwreck text, one of breakage, rupture, and disjunction, precludes the possibility of a redemptive reading, and in this messy openness present the greatest blow to the predetermined success of national expansion and its textual analogue.*” Não obstante, em vários momentos, Blackmore oferece uma leitura mais sensível às dimensões contraditórias e ambíguas de tais narrativas, reconhecendo a presença ideológica da expansão.

Assim, muitos críticos têm examinado o papel dessa literatura de justificar a expansão imperial e de defender a superioridade do europeu através da demonstração da incivilidade e barbarismo dos captivos, sejam ameríndios, turcos ou piratas de países e religiões inimigas. Outros críticos salientam as dimensões subversivas ou ao menos problemáticas das narrativas de naufrágios para com a história oficial da expansão imperial.

Para compreendermos tais possibilidades críticas, não deixa de ser relevante e esclarecedor o contexto do surgimento, na segunda metade do século XVI e ao longo do século XVII, dessa série de narrativas de desastre marítimo, que encenam um imaginário simultaneamente épico e trágico, apresentando os viajantes como caçadores de relíquias e predadores, introduzindo uma crítica na interpretação da empresa conquistadora.

Naquela época não havia como escapar da referência às crises moral e material, reflexo da situação histórica depressiva que dominava a sociedade ibérica e que se acentuou após a derrota portuguesa de Alcácer-Quibir (1578), a forte crise social e econômica, a ampla perseguição inquisitorial e o domínio crescente dos holandeses e ingleses sobre as possessões marítimas. “O clima de pessimismo, a percepção da decadência, a centralidade teológica, o dogmatismo e a intolerância evidenciam-se em uma parte expressiva das produções literárias e artísticas da época.” (MADEIRA, 2005, p. 49).

Aquele era um momento de estupefação e de ressaca: êxodo rural, cidades invadidas por pobres e mendigos, estagnação da produção agrícola, inflação e

carestia. Em geral, esse gênero particular de literatura floresceu em todos os países envolvidos com comércio e navegação, onde tais problemas socioeconômicos eram enfrentados e os assuntos marítimos absorviam grande parte da já abalada sociedade europeia:

[...] começam a despontar, principalmente na produção artística, os sinais de uma crescente percepção da instabilidade, da fragilidade e da crise que açambarcariam toda a sociedade europeia. Os relatos de naufrágio inauguram esse tipo de sensibilidade e configuram um imaginário próprio para representá-la. (MADEIRA, 2005, p. 147)<sup>1</sup>.

Na verdade, trata-se também da herança de um gosto pelos relatos de viagem de raízes medievais, quando predominavam a forma de relatos de peregrinação aos lugares-santos. Esse gosto nunca parou de crescer em virtude do comércio marítimo com as Índias, fonte perene de perigos e curiosidades por coisas maravilhosas.

Os ventos e os mares tempestuosos espelham os obstáculos que o homem tinha de enfrentar, a alternância da calma e da tormenta, e as riquezas jogadas ao mar exprimiam os revezes da fortuna do viajante: “Quando chegamos a Guaniguanico enfrentamos mais uma tormenta, a ponto de quase nos perdermos.” (VACA, 2007, p. 21). Desde o final do século XV, aqueles que retornavam à Europa das muitas partes do oceano Atlântico consideravam-se sobreviventes que venceram tais perigos. Nesse gênero narrativo,

[...] por mais que os viajantes tivessem captado noções das novas terras, dos nativos e da cor local, sua palavra ilustrava uma verdadeira história de sobrevivência, fechando o circuito da narração em torno de assuntos como: tempestades, ameaça de naufrágios, fome, doenças, água salobra, guerras, mortes, como se a inserção nesse quadro os projetasse vencedores. Mesmo que cientes dessas contingências, não era incomum o reingresso de navegadores em outras expedições, os quais superavam os dissabores em função do sonho [imperial] de conquista, de enriquecimento rápido e, em menor escala, do conhecimento do mundo não-europeu. (FARIA, 2007, p. 21).

Nem por isso temos nesse gênero o que poderíamos possivelmente chamar de uma epopeia do sofrimento, pois, embora haja poucos capitães, pilotos e comerciantes justos e respeitáveis, eles já não predominavam na maioria desses

---

<sup>1</sup> Curiosamente, será somente no século XVIII, tempo marcado pelo interesse antiquarista e enciclopédico, que o relato de viagem adquiriu o estatuto de gênero literário e encontrou uma inserção segura no sistema intelectual que então se consolidava. O português Bernardo Gomes de Brito (1688-1759) foi pioneiro ao fazer avançar, com sua coletânea *História trágico-marítima* (1735), essa tendência que, a partir daquele momento, se consagrou.

relatos. Aparecem de forma recorrente personagens medrosos e egoístas, portadores de fraquezas e vícios imaginários ou mercantis, raramente há personagens generosos e solidários.

É um tipo de literatura que ilustrava os dramas do mar em uma óptica já não imperialista e glorificante, mas, pelo contrário, redimensionadora e questionadora do tom heróico adotado pelos cronistas oficiais e, na verdade, em certos aspectos, desmistificante: no sentido da insistente corrupção retratada, da cupidez dos marinheiros, bem como da despreparação técnica com que se aparelhavam as naus e se fazia sua condução. Desse ponto de vista, os relatos de naufrágios representam o reverso das exaltantes crônicas oficiais, de vitórias, de conquistas, de triunfos em terras longínquas e entre gentes exóticas.

Aqui, pelo contrário, não temos senão naus engolidas pelas ondas, equipagens dizimadas pelas doenças e sofrimentos inauditos. De acordo com tais narrativas, a expansão ultramarina não é uma dilatação da fé e do império, mas “[...] uma exaltação da mesquinha ânsia humana de lucro, cobiça e opressão, na ausência de qualquer sentimento humanitário.” (LANCIANI, 1979, p. 129-130).

Discursivamente, perder a riqueza no mar tem também a força e a agudeza de uma alegoria. A situação do naufrago, despojado, sem velas nem mastro, sem quilha e sem leme, acompanha o traçado do campo semântico da alegoria: condição do sobrevivente, precariedade da existência e morte iminente. No lugar de características individualizantes, são possuidores de uma existência histórica, por isso são, na maior parte das vezes, alegorizados. “Destaca-se mesmo, nesse conjunto, a própria nau como personagem alegórica, representação da coletividade como um todo.” (MADEIRA, 2005, p. 133).

O manejo de alegorias permite a articulação de repertórios simbólicos que, ao mesmo tempo, demarcam diferenças e aglutinam identificações originadas, principalmente pelos despojamentos materiais causados pelo naufrágio. Nesse caso, na destruição do barco por tempestades e outros fatores naturais há uma sobreposição do controle da natureza sobre seu espaço em detrimento dos sítios e de uma forma geral das relações criadas pelos viajantes conquistadores.

A principal consequência do naufrágio é o abandono dos signos da cultura europeia e a adoção de outros novos, transformação essa que faz surgir sujeitos cuja identidade é totalmente nova para a historiografia colonial de até então, pois os naufrágios parecem, no mínimo, uma parcial inversão de valores. Com a gradual interação com o Novo Mundo, sua natureza e suas culturas desvanecem os signos externos da cultura europeia, visto que o barco foi abandonado e perdeu-se o contato com qualquer parte da civilização ibérica.

A nudez chega ser a máxima expressão da perda desses signos exteriores da cultura europeia, anulando a distância entre o homem europeu e o homem americano. Essa metamorfose é bem representada pelo naufrágio, que nos mostra os diversos modos pelos quais suas vítimas aproximam seu universo organizado (o

espaço de procedência) e o sítio desorganizado (o espaço de conquista). Ao superar essa fronteira, ocorre uma inversão de papéis, em que espanhóis e portugueses, que partiram para conquistar e governar novos territórios, tornam-se escravos ou mesmo fazem parte das tribos indígenas.

Por isso, é completamente possível pensarmos o naufrágio como uma forma de renascimento existencial. Ou seja, a verdadeira viagem não é a viagem física, mas a viagem subjetiva, um traslado de um eu para outro eu. “*El yo encarna esos traslados, no sólo plegándose a los cambios sino haciendo del traslado su naturaleza: será un yo trasladante, un yo mediador.*” (MOLLOY, 1987. p. 437).

Esse tipo de relato, em comparação aos outros, apresenta de forma exemplar “[...] o conflito entre códigos e regimes de representação em tensão.” (MADEIRA, 2005, p. 141). É preciso compreender que imagens de tempestades, assim como os textos que descrevem as cobiças e deficiências técnicas, não reportam fenômenos atmosféricos ou eventos reais, elas articulam uma concepção dramática da existência humana:

Anau quebra-se como um corpo coletivo se fratura, e o conflito cósmico desdobra-se em conflito social, e este em conflitos interiores e crises de consciência. Conflito e disparidade afirmam-se nessas narrativas como categorias semânticas internas ao texto [...]. (MADEIRA, 2005, p. 162).

A complexidade e a riqueza da alegoria do naufrágio, em torno da qual a narrativa se organiza, fulcro dramático e responsável pelos padrões de temporalidade das narrativas, advêm da quantidade de outras imagens que é capaz de catalisar, as quais a antecedem ou a seguem nessa semântica da metamorfose traçada em torno dos personagens. Passa-se aqui a articular a alegoria como uma metáfora em seu sentido moderno, ampliando e adicionando outros sistemas de imagens para representar um sujeito em constante tensão.

Com efeito, observamos uma oscilação do narrador desses textos, uma hesitação quanto a sua posição de sujeito da enunciação: ora assume uma posição de historiador, ora a de panegirista ou crítico dos feitos e ora a de ficcionista preocupado com sua arte escrita. Embora saibamos, pela portada e pelo prólogo, que o narrador é sobrevivente, seu comportamento na narrativa nem sempre evidencia a sobrevivência dos mesmos valores que o constituía antes da viagem.

Apesar dessas fragilidades semânticas, “[...] *una crónica de viajes postula siempre una relación mimética con lo ‘real’, y torna público el compromiso de poder ser interpretada como documento, como marca de una presencia, como prueba histórica, y no como mera expresión da fantasía.*” (CORDIVIOLA, 2001, p. 154). Sabemos, por outro lado, que esses textos não visam à descrição do dia a dia do barco e só incidentalmente trazem alguma informação sobre os hábitos marinheiros e os costumes a bordo. Os relatos de naufrágio contêm, porém, um

importante repertório retórico, fonte inestimável para o estudo da memória e do imaginário do ultramar, proporcionando “[...] uma forma de reencontrar, [mesmo que] pelas avessas, uma sociedade de negociantes inteiramente envolvida no evento da exploração colonial e do comércio ultramarino.” (MADEIRA, 2005, p. 34).

Toda estrutura do relato de naufrágio segue (umas mais, outras menos rigorosamente) a disposição retórica que fornece ao leitor um efeito estável do que seria a real aventura: o *exordium*, a *propositio*, a *narratio*, a *conclusio*. Ou seja, há um esquema fundamental que é sempre respeitado, obedecendo a um modelo literário proposto pela tradição dessas narrativas. Observa-se que as partes componentes dos textos convencionalmente designados como *História trágico-marítima* ou *Relatos de naufrágios*, delimita um certo número de unidades de conteúdo. Giulia Lanciani (1979) apresenta um modelo narrativo das relações de naufrágio dividido assim: Antecedentes; Partida; Tempestade; Naufrágio/Ataque corsário; Arribada/Captura; Peregrinação/Impiedade dos inimigos; Retorno.

Entre essas regularidades marcantes, interpõem-se um ritmo irregular e descontínuo, dado pelo movimento e extensão desiguais das sequências, ou pelo maior ou menor grau de consciência literária ou de subjetividade de cada narrador. Nessa divisão, o naufrágio é o acontecimento maior que justifica todo o efeito transformativo inerente aos relatos. Não devemos, todavia, interpretar os relatos de naufrágio como um texto que esgota sua realidade representativa, ou seja, um texto conscientemente crítico e politicamente alternativo em relação às premissas imperiais.

É claro que toda essa redimensão sociocultural ocorre dentro de um quadro normativo geral daquela época ibérica. Percebemos isso pelo fato de que os relatos de naufrágios nunca enfrentam, obviamente, os motivos de fundo da crise que punha a nu as contradições da sociedade da época, pois

[...] não podia estar nas intenções nem estava nas possibilidades dos autores fazê-lo, dado que todos (os religiosos pela sua função social, os laicos pela sua dependência do poder régio) sofriam, por opção ou por necessidade, os condicionalismos censórios e autocensórios impostos pelo sistema. [...] Noutros termos: os autores destes relatos, religiosos ou laicos, preocupam-se sempre em neutralizar a exposição dos crimes sectoriais produtores do desastre com a narração da punição, divina ou humana, a que estão submetidos os indivíduos ou os grupos que têm a sua responsabilidade directa. (LANCIANI, 1979, p. 29).

Desse modo, prevalece no relato, dentre todas as diferenças culturais manifestadas, uma função consolatória que oculta as verdadeiras mazelas institucionais. A punição dos culpados, quando há delitos individuais a castigar, e o recurso à arma sempre eficaz do fatalismo cristão perante os tormentos sofridos, representam ambos um aspecto político reconfortante nesse tipo de literatura e, ao

mesmo tempo, uma mistificação social: “O aspecto mistificador, que actua através da função desviante, reside na tentativa de acentuar as culpas individuais ou o impenetrável querer do *fatum* para calar responsabilidades do sistema. (LANCIANI, 1979, p. 33).

Cabeza de Vaca silenciou a crítica feita pelo velho do Restelo na épica camoniana, ignorando esse problema imperial e sendo conivente com os principais problemas socioeconômicos pelos quais a península passava naquele momento. A literatura de naufrágios não deixa de ser uma manifestação conformista, admitamos, contudo apresenta uma considerável zona de desconforto em relação a diversos valores culturais europeus, o que queremos de fato demonstrar com a leitura da *Relación de Cabeza de Vaca*.

Para corroborá-lo dentro dessa perspectiva imperial, além de apontar essas ausências críticas em seu relato, devemos nos perguntar: Por que Cabeza de Vaca necessitaria apresentar a relação de uma expedição fracassada? Ele não descobriu novas terras, não colonizou territórios, não encontrou as riquezas da Serra de Prata, não manteve o controle sobre seus subordinados e não conseguiu ser absolvido da acusações registradas nos tribunais espanhóis.

Para responder a tais questões, devemos reconhecer, antes de tudo, a obrigação de apontar as causas convencionais mencionadas para explicar o fracasso da empresa marítima com segundas intenções obviamente, já que para ter uma segunda chance de explorar novas terras, Cabeza de Vaca necessitaria pedir desculpas ante um poder colonial que fomentava soldados e navegantes a participar com êxito na expansão do império espanhol no mundo: “Não me restou nada mais do que trazer a vossa Majestade a relação do que em nove anos passei em muitas estranhas terras em que andei perdido e nu [...]” (VACA, 2007, p. 29).

Cabeza de Vaca apresenta a sua informação obtida como naufrago e cativo a um serviço equivalente ao da conquista, colonização e aquisição de riquezas. Em um momento de descoberta de novas terras e novos conhecimentos, as informações colhidas além da Europa tinham um valor inestimável para os reinos. É certo que seu *Naufrágios* revela a essência de sua narração, cujo processo de escrita não deixa de curiosamente naufragar, o que no texto significa mudança de discurso como consequência da mudança de hábito, de atitude e de identidade.

A partir de sua primeira tentativa de colonização, Álvaro Núñez, tesoureiro da frota de Pánfilo Narvaez, após sucessivos naufrágios, passará a ser escravo, mercador, missionário, diplomata entre tribos, cura, governador da Serra do Prata, prisioneiro de conspiradores, passará a se alimentar do que os indígenas geralmente comem, a falar algumas de suas línguas, enfim, todas mudanças proporcionadas pelas diferentes condições que os acidentes marítimos suscitarão ao longo de sua viagem.

Nesse sentido, mesmo tratando-se de uma empresa naufragada, marcada pelo sofrimento, Cabeza de Vaca constrói, antes de tudo, um relato de modo a

aparecer como um herói de sua aventura. Nesse suposto heroísmo e protagonismo, identificamos seu ponto de partida para uma interpretação épica dos *Naufrágios*. Afinal de contas, ele foi um dos quatro sobreviventes de uma tripulação de quase quinhentas pessoas.

Nas primeiras linhas de sua relação, no entanto, ele proporciona informações técnicas sobre a expedição de Narváez: data de partida, composição da frota, nomes dos funcionários da coroa embarcados (incluindo os representantes religiosos) e a motivação da viagem. Ao referir-se a si mesmo utilizando em um primeiro momento a terceira pessoa, Cabeza de Vaca se apresenta como tesoureiro e xerife mor da expedição. Essas informações revelam o início de um documento técnico-informativo.

Uma linguagem técnica que almeja o real é destacada pelo próprio narrador em seu prólogo como marca legitimadora e diferenciadora dessa relação, um objetivo claramente buscado por Cabeza de Vaca. Contudo, sabemos que um discurso não pode ser meramente memorial, pois ele inevitavelmente atua como um filtro dos feitos relatados. Assim, verificamos que as frequentes reiteraões, omissões, saltos cronológicos respondem mais às exigências da funcionalidade narrativa (no sentido ficcional do termo) do que às da crônica oficial, considerando que também as crônicas devem recorrer necessariamente a tais estratégias narrativas, não podendo ser referir em absoluto a qualquer ocorrido.

É preciso reconhecer que o texto de Cabeza de Vaca constitui um relato etnográfico, sob a forma de um relatório, em razão da compilação de costumes, crenças, línguas, hábitos alimentares, dados geográficos e outros que ele tencionava propiciar ao monarca. A relação revela comportamentos e características dos índios até então não registrados por quase nenhum viajante do século XVI. Acreditamos, entretanto, que a análise dos relatos coloniais ganha em relevância quando são abandonadas as pretensões em buscar o que haveria de “verdadeiro” em seu conteúdo para analisar o processo de construção das representações sobre o Novo Mundo.

Na esteira das unidades de conteúdo que são representadas alegoricamente nesse relato, temos, como pano de fundo, o convencional discurso do conquistador. Para Beatriz Pastor (1993, p. 108) o “[...] *discurso mitificador de la conquista es una de las grandes coartadas del conquistador*.” Nesse discurso de dominação da conquista, a imagem da relação entre o europeu e o homem americano poderiam se definir exclusivamente em termos de submissão e de escravidão.

Essa postura, de marcado teor etnocentrista, assume-se como ponto de partida de que a civilização é patrimônio do conquistador, e a barbárie é condição *sine qua non* do indígena. Como também indica Pastor (2013), esse discurso define os indígenas como selvagens bárbaros e inumanos, justificando automaticamente a guerra e o extermínio em massa que padecem em vários momentos da conquista:

*Circulaban, además de las de Oviedo, otras obras, tales como Elegía de varones ilustres de Indias (1589) de Juan de Castellanos, que denigraban al indígena americano y especulaban sobre su supuesta barbarie e inferioridad. En este tipo de discurso, los españoles son representantes y portadores de una declarada superioridad cultural y moral. Los indígenas son, por el contrario, presentados sistemáticamente como bárbaros refractarios a la religión cristiana, abandonados a prácticas salvajes tales como la sodomia, los sacrificios humanos y el canibalismo.* (CALIXTO, 2007, p. 127).

Cabeza de Vaca aspirava obter a nomeação de governador para uma segunda expedição à região da Flórida para buscar os Eldorados que estariam rumo a oeste, o que seriam apenas uma outra ilusão como se comprovaria posteriormente. Lendo os *Naufrágios* a partir dessa perspectiva, a relação ganha ares de um informe propagandístico, do qual emerge a duvidosa figura de Álvar Núñez como falsário e oportunista, negociador maquiavélico que não vacila em enganar a todos para conseguir seus objetivos: “*En primer lugar, debe mencionarse el interés personal de Cabeza de Vaca en promoverse dentro de la carrera imperial que el espacio atlántico de la monarquía española le ofrecía.*” (GANDINI, 2013, p. 36).

Pupo-Walker (1987, p. 518) também não exita em afirmar que: “[...] *una inspección detenida del material biográfico sobre y en torno a Cabeza de Vaca no revela, en ningún momento un desacuerdo significativo, entre las líneas generales de su pensamiento y el marco de valores e instituciones que consolidó la Corona española en el siglo XVI.*” Isso pode ser comprovado no momento em que serve de cura a várias tribos, estabelecendo por isso muitas viagens a pé e sendo seguido por muitos indígenas que não hesitavam em saquear as tribos por onde passava como forma de tributo forçado em prol do “milagroso” serviço prestado. Sobre tal violência descontrolada, revela Cabeza de Vaca (2007, p. 78):

[...] começou um novo e mau costume. Isto é, como curas continuamos sendo bem recebidos, porém aqueles que nos acompanhavam começaram a saquear as casas dos que nos recebiam e tomar todos os seus pertences. Isto nos provocou grande desgosto, mas não tínhamos poder para evitar e muito menos para castigar aqueles que cometiam esses atos. Os próprios índios que perdiam suas terras e casas, diante de nossa tristeza pelo ocorrido, vinham nos consolar, dizendo que estavam muito felizes só por ter-nos encontrado e que mais adiante seriam recompensados por outros que eram mais ricos.

Soa no mínimo estranho e contraditório quando diz Álvar que não tinha poder para evitar aqueles que cometiam esse ato, pois, em linhas posteriores do relato, ele mesmo disse que, pela valorização de seu exercício de cura em diversas tribos, “[...] era tão grande a [sua] autoridade que ninguém ousava beber sem autorização.”

(VACA, 2007, p. 79). Não teria mesmo nosso viajante poder para evitar tais saques? Em caso positivo, quais são as vantagens que teria levado Cabeza de Vaca com tais ladroagens e violências?

No entanto, é necessário reconhecermos a postura antropológica de Cabeza de Vaca. Verifica-se que sua visão se difere em vários aspectos da de um Colombo ou de um Caminha, por exemplo, uma vez que esses enxergam os índios somente pelo prisma da falta: nus, sem armas, sem lei e sem seitas, enquanto o espanhol os detecta como portadores de habilidades de caça, costumes, seitas e construtores de armas. Caminha, por sua vez, representa os índios em sua carta ao rei português, revelando-se na forma como os relata: “[...] eles andam nus sem nenhuma cobertura, nem gostam de cobrir suas vergonhas.” E ressalta que sobre esta questão, “eles guardam tanta inocência como a que têm em mostrar o rosto” (CAMINHA, 2010, p. 67). Caminha deixa transparecer que a nudez passou a ser interpretada pelos portugueses não como um aspecto cultural, mas antes como ausência de valores que, por meio do próprio traje, se retratam. “Embora os portugueses manifestassem seu encantamento diante da nudez dos corpos, eles julgaram-na como descompostura, atentando, com essa posição, para a urgência de catequizá-los.” (FARIA, 2007, p. 39).

Portador da civilização e oriundo da sociedade da escrita, o explorador europeu não conseguia ler nas marcas e nas inscrições, trazidas nos corpos dos índios, como também nos adereços, nas máscaras e nas práticas performáticas entre cantos, danças e lutas, o registro de um saber e de uma tradição, porque essa realidade não lhes condizia. Nesse sentido, a postura de Caminha, diante do modo de viver do índio, reforça a de Colombo e não a de Cabeza de Vaca, como se pode constatar. Naquele tempo escapavam tais valores à grande maioria dos exploradores do século XVI, sobrepondo-se a captação da força que compelia os índios ao ato antropofágico, prática que foi tida como referência para categorizá-los de bárbaros.

Tais viajantes ibéricos foram unânimes apenas na opinião de que a natureza americana era paradisíaca e, portanto, na América, vislumbraram o paraíso terreno, só diferindo quanto a sua localização geográfica. Essas motivações antropológicas explicam em parte porque o relato de Cabeza de Vaca foi e é muito editado. Pode-se inferir, ainda, que suas iniciativas não acenam para as formas de violência, que foram utilizadas pelos colonizadores sobre os nativos e provocaram efeitos menos lucrativos no processo de colonização.

Detentor do conhecimento de costumes, de línguas e do modo de viver daquelas coletividades, o viajante se vale do conhecimento de causa para orientar os espanhóis como lidar com os índios e da sua amizade com esses, para indicá-lhes os meios de compatibilizar com aqueles, para não serem subjugados. O relato não deixa de apresentar exageradamente seu próprio narrador como um exímio explorador e pacificador de povos, mostrando-se preparado para a expansão imperial:

Conseguimos aprender seis línguas das que eram faladas por aqueles povos; mesmo assim, na maioria das vezes, nos comunicávamos por sinais, tamanha era a diversidade das línguas por lá faladas. Havia também muita guerra por todas essas terras, mas com nossa chegada tratavam de se juntar para nos receber e nos dar tudo que possuíam. Com isso conseguimos também disseminar a paz entre aquela gente. (VACA, 2007, p. 87).

Apesar da perspectiva marcadamente eurocêntrica dos discursos e por mais superficiais e repetitivas que sejam a descrição de outros povos, o narrador de Cabeza de Vaca revela-se bastante perspicaz para apreender os sistemas de parentesco e descrever práticas religiosas e rituais das tribos e dos clãs nativos. Afinal, tratam-se de nove longos anos de andanças e peregrinações entre tribos diversas.

Aliás, o relato de viagem de Alvar Núñez Cabeza de Vaca vai muito mais além dessa característica, no sentido de que os episódios de cativo que nessa obra aparecem se apresentam como um exemplo idôneo para demonstrar uma polifonia que não se encaixa em nenhum tipo de interpretação de caráter absoluto: “Como andávamos nus por aquelas terras, conforme já falei, mudávamos de couro duas vezes ao ano, como as serpentes. O sol e o vento nos provocavam grandes queimaduras no corpo e um sofrimento que era aumentado ainda pelos ferimentos causados pelas cargas que levávamos.” (VACA, 2007, p. 72).

Parte da crítica reconheceu a importância dessas transformações e elaborado principalmente o tópico da nudez na obra. Para Enrique Pupo-Walker (1987, p. 529-530): “[...] *en los Naufragios la desnudez ciertamente alude a una drástica reducción de status y es, al mismo tiempo, como nuditas virtualis, el estadio que favorece reflexiones más sobrias y penetrantes sobre nuestra índole originaria, al mismo tiempo que no evoca ecos de la desnudez ascética.*” Sylvia Molloy (1987, p. 432) afirma que a nudez de Álvaro Núñez “[...] *distinguirá a una nueva persona y desnudo, el yo sería una suerte de espacio despojado que se irá llenando con lo desconocido –América – hasta lograr nuevo ser, nueva identidad.*”

Um rasgo dessa aculturação, amplamente tratado pela crítica, é a comida. As transgressões e modificações dos costumes alimentícios assinalam, mais que uma adaptação, e sim uma integração ao estranho como parte dos recursos do cativo para sobreviver. Intimamente vinculada à busca de alimentos e à adaptação de uma nova dieta como meio de sobrevivência para o cativo, surge a necessidade de observar e conhecer a fundo as terras que recorre: “Algumas vezes matam veados ou conseguem algum pescado, mas isso é tão pouco e a fome tão grande que comem aranhas, ovos de formigas, lagartixas, salamandras e até mesmo cobras que matam os homens que mordem.” (VACA, 2007, p. 63).

É claro que ao destacar tipos de alimento consumidos por algumas tribos, ele acaba positivando o pensamento do ocidental quanto à caracterização que reduz o índio a um ser “selvagem”, mesmo admitindo posteriormente ter se integrado

a parte dessa dieta, bem como outros espanhóis que lá estavam. Ao relatar sobre o consumo de determinadas substâncias, nada compatíveis com alimento, naturalmente essa informação deve ter sido bombástica para o leitor metropolitano da época, principalmente quando o cronista se subtrai em contar sobre o que mais consumiam, dando a entender que se reportava a elementos insuportáveis de serem descritos.

Averiguar essa informação fora daquele contexto de vida, cuja característica marcante era a fome extrema, consequência direta da falta de domesticação de animais e do cultivo de culturas, causaria estranhamento ao europeu. Contudo, é o próprio cronista quem elucida um fato que com certeza causou estupefação aos cristãos e comprometimento aos sobreviventes espanhóis como a ele, que se encontravam em companhia desses índios, na ilha do Mal Fado: a antropofagia praticada por cinco espanhóis em decorrência da falta de alimento durante o inverno.

Cabeza de Vaca, ao narrar esse acontecimento, trouxe subsídios aos europeus para refletirem sobre sua própria condição, se acaso estivessem em um cenário típico como o da Flórida. O próprio cronista descreve que ansiava pelo trabalho de limpar couros para se alimentar de suas raspas. “Com esse gesto, ele deixa transparecer que queria chamar a atenção dos espanhóis para a questão do ‘barbarismo’, que injustamente apenas identificavam nos índios.” (FARIA, 2007, p. 50-51).

É nesse sentido que queremos traçar o movimento de nudez de Cabeza de Vaca que está longe de se restringir a uma nudez material, senão também uma nudeza espiritual e, sobretudo, cultural, que assinala o despojamento de antigos costumes (os europeus) em função das novas experiências e novas necessidades de sobrevivência:

*[...] aunque los rigores del clima tornasen imperioso el abrigo, el narrador insiste en afirmar su condición de desposeído, y dramatiza esa condición aludiendo a la falta de ropas: se trata del “andar perdido y en cueros”, del “venir desnudos y descalzos” durante los años errabundos en América, del “salir desnudo como nasci” de su aventura. Frases como estas pueden ser encontradas a lo largo de todo el relato, y denuncian un uso sutil y constante del topos de la pobreza y del despojamiento, topos de larga tradición en la literatura religiosa y mística, asociado a la negación de la vanidad personal y la purgación de los pecados, y a Cristo mismo, que errante predica el Verbo.* (CORDIVIOLA, 2001, p. 158).

Tais sofrimentos e transformações ajudam a transformar Cabeza de Vaca em uma versão moderna de Santo Tomás, exemplo de evangelizador desinteressado na vida material de que era proveniente e acostumado. A nudez também evoca a ausência de artificios, consagra o discurso como purificador de falsos adereços, em proveito de uma diferença que o eximiria de qualquer suspeita identitária absoluta.

Tais pretensões reafirmam uma vez mais a importância de fracasso como peça dominante da narração.

Para tanto, os anacronismos eram muitos, personagens reais e míticos se entrecruzavam, árvores genealógicas desembocavam em emblemas totêmicos, a narração histórica resvalava para a crônica moralizante. A mescla da observação pessoal e da intercalação fabulosa engrossava as páginas dos relatos. Ora um discurso etnológico, ora um discurso eurocêntrico embasado no mais puro imaginário mercantil.

Atentando para a dimensão do maravilhoso, Cabeza de Vaca, como Colombo, inseriu a aproximação de reinos fabulosos no seu relato, tudo para convencer os reis espanhóis de que estava próximo de grandes riquezas, por isso noticia que “[...] através de sinais perguntamos aos índios onde haviam encontrado aquelas coisas. Pela mesma forma nos responderam que muito longe dali havia uma província que se chamava Apalache, onde havia muito ouro.” (VACA, 2007, p. 33).

Lançando o olhar para o movimento, intentado pelos europeus em busca de outras regiões, todas as narrativas de viagem, tanto as produzidas pelos exploradores do final da Renascença, quanto as produzidas pelos naturalistas e etnógrafos do século XIX, constituíam-se como meios de reunir, através de mapas, palavras e intenções, as regiões estranhas e inexploradas e convertê-las em lar para o viajante estrangeiro, mesmo que para isso fosse preciso tornar realidade muitas das imaginações que tinham sobre lugares desconhecidos e que emanavam dos desejos de conquista.

Inseridos em um contexto de documentável credibilidade, esses episódios resultam de uma essência imperialista e etnocêntrica que sempre esteve na base do contato com o outro, disseminado pelas navegações ultramarinas. Em se tratando de um investimento que envolvia a Corte e mercadores navais, o explorador jogava conscientemente com estratégias perceptivas e imaginárias, a fim de garantir sua credibilidade na parceria. Colombo, como bom estrategista, ao deparar com uma terra agreste e sem benfeitorias, uma vez que esperava encontrar nela as cidades do império asiático, certifica-se da necessidade de deslocar a atenção dos seus financiadores para outros motivos, uma vez que dele esperavam o cumprimento da promessa de extração do ouro. Com isso, fica claro que “[...] *el periodo de prueba es simultáneamente tiempo de combates solitarios y el principio de un camino simbólico, iniciático, de purificación, anterior al tiempo de la glorificación, de los “milagros” públicos.*” (GLANTZ, 2006, p. 12).

Ademais, certamente havia uma preocupação do conquistador espanhol em exaltar sua atuação entre os nativos sem, contudo, sugerir poderes que pudessem ser interpretados como heresia pelo Santo Ofício. Os métodos de cura não poderia demonstrar o quanto adotou das técnicas xamanísticas, restringindo-se as benzeduras cristãs. Mas, o seu regresso não foi uma volta pura ao estado

original, Vaca, depois que retorna à Espanha, não consegue ficar sem deitar no chão e se incomoda com as pesadas vestes europeias. Entretanto, precisou limitar suas expressões, seus novos gostos e novos costumes perante às possíveis condenações do clero. Tudo para voltar às terras exploradas, a fim de persuadir o rei e a si mesmo que a Serra de Prata ou o verdadeiro Apalache era possível e estava próximo de ser encontrado.

A segunda viagem de Cabeza de Vaca ao Novo Mundo, como governador de Buenos Aires, também foi marcada pelas frustradas expedições em busca de metais preciosos e pelas constantes disputas de poder com Domingos Martinez de Irala, organizador de um motim que conseguiu aprisionar o governador e enviá-lo de volta à Espanha. Seus últimos anos de vida são descritos como um período marcado por longas disputas judiciais, quando o navegador tentou, sem sucesso, comprovar através desses relatos sua inocência.

No fim, Cabeza de Vaca somente conseguiu comprovar que, ao invés do ouro de Apalache, ele conseguira o ouro da informação sobre o território, povos, tradições e línguas, bem como a conquista de novos súditos e cristãos para o Reino. E restou-nos hoje uma longa e complexa narrativa em que prova, mais uma vez, que a literatura de naufrágios daqueles séculos iniciais de expansão marítima constituiu-se como uma grande aposta de redirecionamento ético e cultural das naus imperiais que atravessavam mares, sedentos por metal e sangue.

VECCHIO, D. The shipwreck as an operator of discursive and identity differences: the case of Álvarez Núñez Cabeza de Vaca. **Itinerários**, Araraquara, n. 41, p. 37-52, jul./dez. 2015.

■ **ABSTRACT:** *In this article, we discuss that one of the most important aspects of Naufragios (1542) by Cabeza de Vaca is the cultural clash between Europeans and Native Americans, and the consequent identity transformations. Upon reflection on the difference and the identity transformation of those colonized and conquered, we analyze the narrative composition of this account, as well as the historical data presented. However, it will be observed that instead of thinking about the differences that potentially composed the traveler being and the one conquered, there are a strong critical tendency that only mythologizing those subjects, representing the Iberian travelers like someone completely believer in their material wishes and imaginations. Thus, our aim is to evaluate Cabeza de Vaca as an example of a thirsty traveler for riches who is able to experience the new moving between cultures without the dominance of the marvelous imaginary.*

■ **KEYWORDS:** *Shipwreck. Identity. Difference. Imaginary.*

## REFERÊNCIAS

- BLACKMORE, J. **Manifest perdition**: shipwreck narrative and the disruption of empire. Minnesota: University of Minnesota Press, 2002.
- CALIXTO, A. P. Cabeza de Vaca: el primer mestizo cultural. **Estudios Fronterizos**, California, v. 8, n. 16, p. 123-143, 2007.
- CAMINHA, P. V. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Edição de Jaime Cortesão. Lisboa: INCM, 2010.
- CORDIVIOLA, A. A palabra expuesta: Los naufragios de Cabeza de Vaca. **Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos**, Madrid, v. 11, p. 151-160, 2001.
- FARIA, A. M. B. **Espaços da memória e a viagem da escrita em O enteado**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- GANDINI, M. J. Fuerzas locales, espacios atlánticos, horizontes globales: Álvaro Núñez Cabeza de Vaca conectando mundos. **Traversea**, v. 3, p. 32-47, 2013.
- GLANTZ, M. **El cuerpo inscrito y el texto escrito o La desnudez como naufragio**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006.
- LANCIANI, G. **Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII**. Tradução do italiano por Manuel Simões. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. (Biblioteca Breve, vol. 41).
- MADEIRA, A. **Livro dos naufrágios**: ensaio sobre a historia trágico-marítima. Brasília: Editora UnB, 2005.
- MOLLOY, S. Alteridad y reconocimiento en los naufragios de Alvar Núñez Cabeza de Vaca. **Nueva Revista de Filología Hispánica**, Madrid, v. 35, n. 2, p. 425-449, 1987.
- PASTOR, B. Utopía e conquista: dinâmica utópica e identidade colonial. **Revista de Crítica Literária Latinoamericana**, Lima, v. 19, n. 38, p. 105-113, 1993.
- PUPO-WALKER, E. Los naufragios de Cabeza de Vaca y la narrativa hispanoamericana. **Revista Iberoamericana**, Madrid, n. 140, p. 517-539, 1987.
- VACA, Á. N. C. **Naufrágios e comentários**. Tradução de Jurandir Soares dos Santos. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

Recebido em 28/10/2014

Aceito para publicação em 25/04/2015

